
Boletim de Conjuntura Industrial IPEA/ABDI

Março de 2006 – N° 5¹

Sumário

Produção Física: *A queda na produção física de janeiro frente a dezembro de 2005 (-1,3%, com ajuste sazonal) representa acomodação do ritmo de crescimento e não reversão de tendência. Na comparação com janeiro de 2005 o crescimento foi de 3,2%, e no acumulado de 12 meses, o crescimento foi de 2,9%.*

Emprego e Salários: *CAGED indica a criação de 11.200 vagas formais em janeiro de 2006, menos que em janeiro de 2005 e janeiro de 2004, devido à desaceleração no ritmo de crescimento a partir do segundo semestre do ano passado. Segundo o IBGE, o crescimento no emprego industrial em 2005 foi de 1,09%.*

Comércio Exterior: *Exportações e importações batem novos recordes em janeiro, fechando saldo comercial mensal de US\$ 2,8 bilhões. A recente apreciação cambial não causa “desindustrialização” no Brasil.*

Investimento e Financiamento: *Ingressos líquidos de Investimento Estrangeiro Direto totalizaram US\$ 1,5 bilhão em janeiro. O BNDES vai disponibilizar R\$ 1 bilhão para financiar a inovação tecnológica nas empresas.*

Medidas da PITCE: *Ex-tarifário para importação de bens de capital viabilizam investimentos de R\$ 18 bilhões na indústria, INPI abre 338 vagas no âmbito de seu programa de reestruturação e Centro de Distribuição e Logística no Exterior, em Miami, conta com 87 empresas.*

Nota setorial: *Setor de Frutas Processadas cresce, em média, 27,7% ao ano desde 2001.*

¹ Boletim editado por Bruno Araújo (IPEA – bruno.araujo@ipea.gov.br), Luiz Bahia (IPEA – luizdias@ipea.gov.br) e Rogério Dias Araújo (ABDI – rogerio.araujo@abdi.com.br). Esta edição contou com a colaboração de Talita Daher (ABDI), Rafael Leão (ABDI), Jorge Boeira (ABDI), Francisco Santos (IPEA), Frederico Tomich (IPEA).

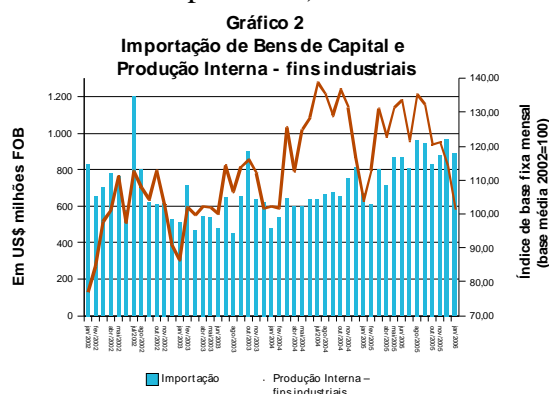
exportações de automóveis continuam crescendo, e, segundo a Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em janeiro a indústria ainda considerava excessivo o nível de estoque, de forma que o processo de desaceleração do ritmo de crescimento para ajustar os estoques, verificado no segundo semestre do ano passado, parece estar em curso. Se isto for verdade, então espera-se que a produção seja cada vez mais sensível aos estímulos de demanda a partir dos próximos meses.

Em relação aos bens de capital para fins industriais, continuamos a observar, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o crescimento na produção dos bens de capital não-seriados (+10,4%). Porém, os bens de capital seriados apresentam queda de 2,5% nesta comparação, e nos últimos 12 meses registram queda de

Emprego e salários

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED – Ministério do Trabalho) o mercado de trabalho no ano de 2006 inicia-se num ritmo bem mais lento do que nos anos de 2005 e 2004. Na indústria de transformação foram criados 11.200 novos postos de trabalho em janeiro de 2006, apresentando uma queda de 64,5% frente ao mesmo

período de 2005, quando foram criadas 31.562 vagas. No entanto, essa tendência de arrefecimento no mercado de trabalho do setor industrial aparenta ser uma característica macroeconômica do período, pois os setores de comércio, de serviços e de construção civil também apresentaram um resultado ruim: na construção civil e no comércio não foi criada nenhuma vaga, enquanto



Fonte: IBGE e SECEX. Obs: O índice de produção interna não dessazonalizado.

Em janeiro, os destaques positivos em relação a dezembro de 2005 foram bebidas (+2,9%) e vestuário e acessórios (+4,9%).

período de 2005, quando foram criadas 31.562 vagas. No entanto, essa tendência de arrefecimento no mercado de trabalho do setor industrial aparenta ser uma característica macroeconômica do período, pois os setores de comércio, de serviços e de construção civil também apresentaram um resultado ruim: na construção civil e no comércio não foi criada nenhuma vaga, enquanto

no setor de serviços a queda foi de 55% frente ao mesmo mês do ano passado. De fato, no primeiro semestre de 2005 houve a manutenção do ritmo do crescimento econômico de 2004, de forma que se o ritmo que prevalecer em 2006 for o do segundo semestre do ano passado, pode-se esperar que as comparações com o mesmo mês do ano anterior apontarão sempre para queda.

Em janeiro de 2006, os piores cenários da indústria de transformação ocorreram na fabricação de produtos alimentícios e bebidas, com a redução de 3.903 postos de trabalho (aumento de 252% no número de vagas reduzidas frente a 2005), e também na preparação de couros e artefatos de couros, com a criação de apenas 20 vagas (em 2005 foram criadas 3.789, no mesmo período). A fabricação de carros e veículos automotores contratou menos em janeiro de 2006 do que no mesmo período do ano passado: 1.816 nesse ano frente a 4.060 em 2005.

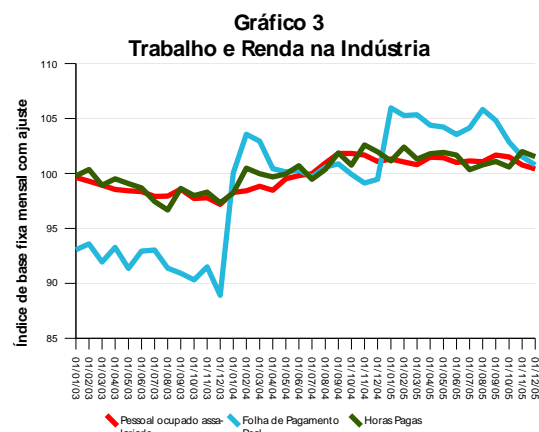
Os destaques de janeiro de 2006 ficaram com os setores de edição, impressão e reprodução de gravações, com a criação de 1.461 vagas (crescimento de 23,8% frente a janeiro de 2005), fabricação de produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos), com um saldo positivo de 3.782 empregos (7,2% a mais de no ano anterior) e também foi destaque o setor de fabricação de máquinas e equipamentos, que, mesmo

tendo criado menos do que no ano anterior (redução de 28% nas contratações), demonstrou um saldo positivo de 2.453 vagas.

A indústria de transformação, na Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES – IBGE), em dezembro demonstrou uma queda de 0,37% no emprego frente a novembro de 2005, com ajuste sazonal. Em relação ao mesmo mês do ano passado, dezembro aponta uma queda de 0,76%. Com isso, a média móvel trimestral de dezembro sofreu uma queda de 0,27% frente à média móvel de novembro. Contudo, o resultado acumulado do ano (jan-dez 2005) apresentou um crescimento no emprego industrial de 1,09%.

A folha salarial real em dezembro, para a indústria geral, manteve a tendência de queda de novembro e caiu 0,9%, com ajuste sazonal. Em relação a dezembro de 2004, o crescimento foi de 0,73% e no acumulado do ano o resultado foi positivo variando em 3,44%. Em relação às horas pagas, o resultado de dezembro em referência a novembro, com ajuste sazonal, foi uma queda de 0,43%, enquanto que em relação ao mesmo período de 2004 a queda foi de 0,53%. No acumulado do ano, houve crescimento de 0,79%.

Assim, pode-se concluir que no ano de 2005 houve um ligeiro aumento do nível de emprego, das horas pagas e da folha de pagamento real.



Fonte: IBGE. Base Janeiro de 2001=100. Séries com ajuste sazonal.

Comércio Exterior

No mês de janeiro de 2005, as exportações atingiram o valor de US\$ 9,271 bilhões. Já as importações chegaram a US\$ 6,427 bilhões. As taxas de crescimento das exportações e importações no mês de janeiro de 2006 em relação a janeiro de 2005 foram de, respectivamente, 24,54% e 22,25%.

Na tabela abaixo, podemos observar que, devido a fatores sazonais, os bens básicos lideram o crescimento das exportações em 2006 em relação a 2005.

Tabela 1
Desempenho das Exportações por Classe de Produtos - US\$ Milhões

Classes de Produtos	jan 2005	jan 2006	Tx. Cresc. (%)
Básicos	1.770	2.741	54,9
Semimanufaturados	1.166	1.275	9,4
Manufaturados	4.341	5.018	15,6
Op. Especiais	167	237	41,9
Total	7.444	9.271	24,5

Fonte: SECEX/MDIC

A tabela seguinte mostra os dez produtos de melhor desempenho, em termos de variação absoluta, nas exportações de janeiro de 2006 em relação a janeiro de 2005. Destacam-se os produtos ligados aos recursos naturais como óleos brutos de petróleo, que apresentou crescimento de 238,07%. Entretanto, produtos de maior conteúdo tecnológico, como automóveis entre 1.500 e 3.000 cilindradas, também tiveram crescimento significativo em janeiro de 2006.

Tabela 2
Dez Principais Produtos com Variação
Positiva nas Exportações
em relação a 2005 (em US\$)

PRODUTOS	jan 2006	Variação Absoluta em relação a jan. 2005	Tx. Cresc. (%)
ÓLEOS BRUTOS DE PETRÓLEO	721.417.096	508.025.096	238,07
"FUEL-OIL"	212.343.095	151.270.360	247,69
MINÉRIOS DE FERRO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	256.397.531	130.855.647	104,23
MINÉRIOS DE FERRO NÃO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	351.309.467	121.613.632	52,95
OUTROS GRÃOS DE SOJA, MESMO TRITURADOS	178.997.738	102.241.856	133,20
AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOSÃO,1500 <CM3 <=3000,ATÉ 6 PASSAGEIROS	246.607.337	79.657.014	47,71
ALUMÍNIO NÃO LIGADO EM FORMA BRUTA	145.316.750	69.210.053	90,94
PEDAÇOS E MIUDEZAS, COMESTÍVEIS DE GALOS/GALINHAS, CONGELADOS	182.323.905	63.735.094	53,74
FERRO FUNDIDO BRUTO NÃO LIGADO,C/PESO<=0.5 % DE FÓSFORO	144.915.188	59.494.191	69,65
CARNES DESOSSADAS DE BOVINO, CONGELADOS	145.508.922	51.007.550	53,98
Total	2.585.137.029	1.337.110.493	107,14
Total das Exportações	9.270.707.145	1.826.566.988	24,54

Fonte: SECEX/MDIC

Segundo dados da FUNCEX, o índice de preço cresceu 11,1% e o *quantum* cresceu 12,1% em janeiro de 2006 em comparação a janeiro de 2005. A tabela abaixo mostra a evolução do índices de preço e *quantum* para janeiro de 2006,

destacando os elevados índices para os bens básicos.

Tabela 3
Variação dos Índices de Preços e
Quantum
Fevereiro 2005/ Janeiro 2006

Classes de Produtos	Preço	Quantum
Exportação Total	11,1	12,1
Básicos	21,8	26,9
Semimanufaturados	3,3	6,1
Manufaturados	7,4	7,6

Fonte: Funcex

Segundo a tabela acima, é importante frisar que o bom desempenho dos bens básicos se deve prioritariamente ao aumento de *quantum* das exportações, devido a fatores sazonais, conforme já mencionado.

Quanto ao desempenho das importações, é importante notar que o maior crescimento em janeiro de 2006 em relação a 2005 foi o de bens de consumo duráveis, mas o ritmo de crescimento nas importações de bens de capital (líder de crescimento em 2005) se manteve.

Tabela 4
Importações por Categoria de
Uso
US\$ Milhões

Categoria de uso	jan 2005	jan 2006	Tx. Cresc. (%)
Bens de Capital	1.065	1.350	26,8
Matérias-primas e Intermediários	2.885	3.331	15,5
Bens de Consumo Não-duráveis	307	414	34,8
Bens de Consumo Duráveis	248	359	44,8
Combustíveis e lubrificantes	752	973	29,4
Total	5.257	6.427	22,3

Fonte: SECEX/MDIC

Na categoria bens de consumo duráveis, os maiores aumentos em janeiro de 2006 foram: automóveis (+79,8%); máquinas e aparelhos de uso doméstico (+61,3%); utensílios domésticos (+59,4%).

A seguir, na tabela abaixo, mostramos a previsão de comércio exterior feita por três institutos.

Tabela 5
Previsões de Comércio
Exterior para 2006
US\$ Bilhões

Categoria de uso	Previsão Funcex*	Previsão IPEA	Previsão Banco Central*
Exportações	129	129,7	124
Importações	86,8	87,9	87
Saldo Comercial	42,2	41,8	37

Fonte: Funcex, IPEA e Banco Central. * Para Funcex, os dados refletem o cenário considerado padrão. Para o Banco Central, os dados refletem a média das estimativas do mercado.

As taxas de crescimento das exportações, para 2006, das previsões apresentadas acima situam-se em torno de 4,8% a 9,2%. Já para as importações, as taxas de crescimento situam-se em torno de 18%. Mas como foi observado anteriormente, as exportações continuam com crescimento significativo (24,5% em janeiro frente ao mesmo mês de 2006). O crescimento das exportações deve vir acompanhado da diversificação tanto da pauta de produtos, como está mencionado no Boletim Conjuntural de dezembro do IPEA, quanto da diversificação de países de destino.

No que tange ao câmbio, o Banco Central em seus pronunciamentos oficiais vem defendendo que a valorização do Real frente ao Dólar reflete a melhora nos termos de troca brasileiros, devido ao aumento de preços tanto das *commodities* quanto dos bens manufaturados que o Brasil exporta, e também devido ao aumento em *quantum* exportado, o que resultou nos saldos comerciais expressivos obtidos nos três últimos anos. De fato, os dados vão de encontro às opiniões de que o Brasil estaria vivendo um ataque especulativo em favor do Real devido ao alto diferencial de taxa de juros, uma vez que não só as entradas de capital especulativo de curto prazo estão baixas (US\$ 1,766 bilhão no acumulado de 12 meses de janeiro de 2006), como a tendência é de cortes futuros na taxa SELIC (em março, o corte foi de 0,75%), mesmo

diante dos aumentos na taxa americana.

Ainda que existam posições estrangeiras no mercado futuro acreditando na valorização do Real, o setor financeiro aproveitou fevereiro para rever sua posição cambial: estavam em posição vendida de quase US\$ 4,6 bilhões e reverteram para a posição comprada em US\$ 200 milhões.

Outro temor é que a valorização do Real determinasse a chamada “doença holandesa” para o caso brasileiro. A expressão “doença holandesa” (*dutch disease*) é usada para definir o fenômeno de desindustrialização de um país em decorrência do crescimento acentuado das exportações de um determinado setor industrial, normalmente de indústrias com base na exploração de recursos naturais. A entrada de moeda estrangeira causa a valorização da moeda local, tornando os produtos manufaturados menos competitivos com os de outras nações, o que leva ao aumento das importações e à redução das exportações desses produtos. O termo foi inicialmente usado para descrever o problema ocorrido na Holanda após a descoberta de gás no Mar do Norte.

Recentemente tem-se falado que o Brasil estaria passando por processo semelhante. O grande sucesso das exportações de produtos primários, como minérios e *commodities* agrícolas, estaria

valorizando o Real e, portanto, dificultando as exportações de produtos manufaturados.

No entanto, as estatísticas não confirmam essa hipótese até o presente momento. Ainda que as exportações de *commodities* tenham crescido mais do que as exportações de manufaturados nos últimos anos, a valorização do Real não inviabilizou ou reduziu as exportações de produtos manufaturados.

Há setores manufatureiros, como calçados e têxteis, que têm sofrido mais acentuadamente com a valorização do Real. Mas é preciso levar em conta que tais setores são alvo de forte competição por parte da China, principalmente. Pode-se ponderar que, mesmo na ausência da valorização cambial recente, as dificuldades de expandir ou manter as exportações nos patamares já alcançados estariam presentes. Trata-se de perda de competitividade de determinados setores produtivos.

Para contestar a idéia de que o País estaria sofrendo deste mal, tem-se os seguintes argumentos com base nos dados dos últimos cinco anos:

1. Ainda que as exportações de *commodities* tenham crescido mais do que as exportações de produtos mais elaborados no período, os setores de alta e média-alta tecnologia apresentaram crescimento significativo;
2. A participação das *commodities* na pauta

exportadora manteve-se praticamente estável nesse período;

3. Não há indícios de redução do emprego na indústria no período.

A valorização cambial parece estar deixando mais

evidentes as fragilidades estruturais da economia brasileira, fazendo com que os setores menos competitivos sofram de forma mais acentuada os efeitos de uma economia aberta.

Investimento e Financiamento

Em janeiro, os ingressos líquidos de investimento estrangeiro direto totalizaram US\$ 1,50 bilhão, ante US\$ 1,22 bilhão em igual período do ano anterior. Desse total, os investimentos em participação acionária representaram US\$ 1,11 bilhão enquanto que os empréstimos intercompanhia, US\$ 0,39 bilhão. A desagregação dos investimentos em participação acionária revela que a indústria voltou a ser a maior receptora com 57,1%, o que acontecia até 2004. O setor serviços, preponderante em 2005, teve queda na participação para 29,6% e a agricultura obteve 13,3% de participação. Tal informação, porém, deve ser observada ao longo do tempo para que seja configurada uma tendência. A previsão do Banco Central para o ano é de US\$ 16 bilhões, valor próximo dos US\$ 15,2 bilhões de 2005.

Os desembolsos do BNDES em janeiro apresentaram queda de 34% em relação ao mesmo mês de 2005, totalizando R\$ 2,5 bilhões. Ao contrário dos investimentos

diretos, o setor industrial foi o maior responsável pela queda, em especial o segmento de material de transportes que agrega fabricação e montagem de aeronaves, veículos automotores, embarcações e equipamentos ferroviários. O expressivo aumento nas aprovações e cartas-consulta sinalizam uma reversão da tendência de queda observada no mês de janeiro.

As recentes mudanças nas políticas operacionais do BNDES, cujo objetivo é priorizar a inovação e o desenvolvimento de infra-estrutura, merecem destaque.

O BNDES vai destinar, em 2006, R\$ 1 bilhão para inovação tecnológica. O banco pretende financiar todas as “etapas da inovação” das empresas, desde o desenvolvimento dos protótipos até a fabricação dos novos produtos, bem como sua comercialização. Dos recursos previstos, metade destina-se para P&D e a outra metade destina-se para a produção. Os empréstimos destinados às atividades inovativas têm juros

fixos de 6% ao ano, *spread* zero e prazo de até 12 anos. A participação do BNDES nestes empréstimos deve ser superior a 80%. Por sua vez, os empréstimos destinados à produção, que irão financiar as unidades para a fabricação dos

produtos com base na inovação, contarão com juros TJLP (atualmente em 9% a.a.), *spread* zero, prazos diferenciados e participação do banco semelhante ao programa anterior.

Acompanhamento das medidas da PITCE

No ano de 2005, as reduções e a flexibilização nos mecanismos de *ex-tarifário* de imposto de importação sobre máquinas e equipamentos importados sem produção nacional fizeram com que fossem analisados um total de 1.754 pedidos de *ex-tarifários*, com 1.251 reduções tarifárias concedidas. Estas reduções resultaram diretamente em um investimento em bens importados de US\$ 2 bilhões, mas que viabilizaram indiretamente investimentos de US\$ 18 bilhões, em diversos segmentos industriais.

O Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), juntamente com o Sebrae Nacional, vem buscando meios para estimular a extensão do programa Bônus Certificação e Metrologia a outros estados da Federação onde exista uma rede metrológica. O programa é baseado na bem-sucedida parceria entre o Sebrae e a Rede Metrológica, ambos do Rio Grande do Sul. Trata-se de um programa em que cabe às redes metrológicas estaduais a tarefa

de avaliar laboratórios que ainda não estejam acreditados pelo Inmetro, reconhecendo a competência técnica de cada um, para a prestação de serviços metrológicos qualificados. Com o Bônus, as micros e pequenas empresas terão acesso às redes metrológicas a um custo menor, e isto ampliará, consideravelmente, a oferta de serviços metrológicos qualificados. Só no Rio Grande do Sul, desde junho de 2004, foram beneficiadas 3.066 empresas, e espera-se que em 2006 sejam criadas oito redes metrológicas nos seguintes estados: Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo e Goiás. As redes metrológicas possibilitarão realizar avaliação de competência de laboratórios, com vistas à operacionalização do Bônus Metrologia.

Para a Estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs), programa do Ministério da Integração Nacional, foram firmados em 2005 diversos convênios com os Estados brasileiros para sua

implementação. Em 2005, foram aplicados aproximadamente R\$ 51 milhões em projetos para estruturação de APLs. No âmbito do Programa CONVIVER, foram efetivamente empenhados R\$ 9,6 milhões para o desenvolvimento de 17 projetos de apoio a APLs visando beneficiar cerca de 22 milhões de pessoas residentes em 1.133 municípios do semi-árido. Para o Programa PROMESO, os recursos de custeio e capital totalizaram R\$ 16 milhões aplicados para o desenvolvimento de 49 APLs nas mesorregiões e na RIDE-DF. Foram investidos, para o Programa PROMOVER, recursos orçamentários no total de R\$ 17 milhões em 43 arranjos e sistemas produtivos locais no âmbito da administração direta e dos órgãos vinculados, e o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) apoiou 12 projetos de desenvolvimento em APL, utilizando o montante de R\$ 3,2 milhões. Para a capacitação de empreendedores vinculados aos APLs, foram comprometidos recursos da ordem de R\$ 3,8 milhões, envolvendo 4.314 pessoas no âmbito do Programa PRODUZIR.

Ainda com relação aos APLs, 390 empresas tiveram projetos concluídos no âmbito do Programa de Extensão Industrial Exportadora – PEIEx, conduzido pelo MDIC, Sebrae Nacional e APEX-Brasil. Este programa tem por objetivo fortalecer as empresas para atuação nos mercados interno e

externo. O PEIEx tem como meta atender 5.544 empresas de 31 APLs (das quais 1.388 já foram atendidas), por meio de 22 convênios vigentes até dezembro de 2006.

O Centro de Distribuição e Logística no Exterior de Miami, concebido e coordenado pela APEX-Brasil e em funcionamento desde meados do ano passado, conta com 87 empresas. Instalado no Miami Free Zone, conta com uma área de 1.000 m² para armazenamento de mercadorias e para rodadas de negócios, showroom e escritórios. São abrigados no CD de Miami confecções, chocolates, balas e confeitos, calçados, cosméticos, café, rochas ornamentais, cerâmicas para revestimento e instrumentos musicais.

A importância do CDs é que ele apresenta uma série de facilidades logísticas e operacionais para as empresas brasileiras e, como se tratam de recintos alfandegados, o desembaraço aduaneiro é muito mais ágil. O público preferencial do programa são as empresas que produzam artigos não-perecíveis que já possuam cultura exportadora, em geral de pequeno e médio porte, mas grandes marcas brasileiras também participam para auxiliar a consolidação dos centros. Os CDs podem se constituir no primeiro passo rumo a internacionalização das empresas brasileiras, após uma permanência de 12 a 18 meses nesses locais. Até o final de

abril, o CD de Frankfurt já deverá estar em funcionamento (a fim de aproveitar a Copa do Mundo), e até o final do ano prevê-se a instalação de CDs nos Emirados Árabes, China, Polônia e África do Sul.

O INPI divulgou nota, em janeiro de 2006, prevendo o lançamento de um concurso para o preenchimento de 338 vagas para 2006 e 2007. Isto é fundamental para a reestruturação do órgão e do sistema de propriedade intelectual, que necessita ganhar agilidade. As vagas são para os cargos de pesquisador, analista em C&T e assistente em

C&T. Para o cargo de pesquisador serão 120 vagas para 2006. Até março de 2006, o INPI pretende abrir mais 124 vagas para os cargos de Tecnologista e Técnico.

O Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP, previsto na “Lei do Bem”, foi regulamentado pelo Decreto nº 5649, de 29 de dezembro de 2005. O regime suspende o pagamento de PIS/Pasep e Cofins para os investimentos em plataformas exportadoras, conforme apresentado na nota de política do número 1 deste Boletim.

Conclusão

Após o surpreendente desempenho registrado em dezembro de 2005, a queda de produção industrial em janeiro de 2006 interrompe uma seqüência de 3 meses de alta, ainda que sem alterar a tendência de crescimento da média móvel trimestral. Tal resultado talvez signifique mais uma acomodação do ritmo de

atividade frente a dezembro do que um indício de reversão de tendência, levando em conta, entre outras coisas, a previsão de futuros cortes na taxa SELIC. Contudo, é importante manter a atenção no desempenho futuro de segmentos importantes de destaque no ano passado, como o automobilístico.

Análise do Setor de Frutas Processadas

Instituto Brasileiro de Frutas - Ibraf

CARACTERIZAÇÃO DO SETOR

O setor em análise, corresponde ao conjunto dos agronegócios que produzem sucos, néctares e drinques a base de frutas.

Tais produtos, contudo, têm características muito peculiares uns dos outros, e necessitam ser bem definidos para uma clara informação da segmentação destas demandas das frutas.

Alguns produtos são destinados ao mercado de varejo para o consumo final, e outros, como os sucos concentrados e polpas, são produtos intermediários, ou sejam matérias-primas destinadas a outras indústrias como a indústria láctea, a de sorvetes e as próprias indústrias de transformação secundária de sucos, néctares e drinques de frutas.

De uma forma geral, quando nos referimos aos derivados destinados ao varejo, estamos considerando os sucos 100% puros, néctares com 90% de suco e os drinques que apresentam até 25% de suco de frutas na sua composição.

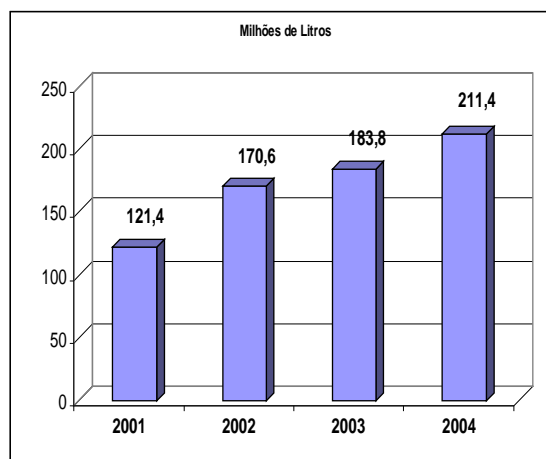
São apresentados em vários tipos de embalagens e conservados por congelamento, refrigeração ou mantidos em temperatura ambiente conforme o tipo de produto e frutas componentes.

EVOLUÇÃO

Em relação ao mercado internacional dos produtos em referência, da ordem de 1,214 trilhão, o Brasil, com um mercado estimado de 1 bilhão de litros, é o segundo maior mercado da América Latina que corresponde hoje a 12,6% do mercado mundial.

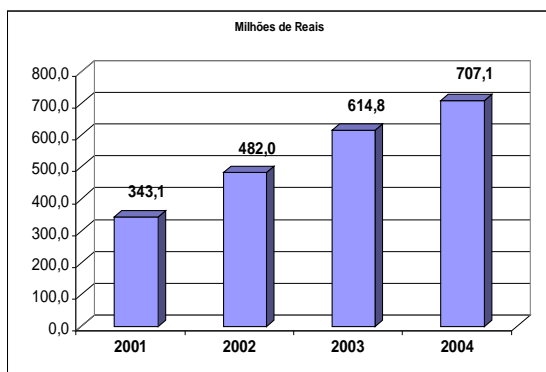
Segundo dados da ACNielsen, o mercado de sucos, néctares e drinques prontos para beber cresce em proporções maiores que o de refrigerantes, com perfil de evolução mostrado pelas Figura 1 e Figura 2.

Figura 1: Sucos, Néctares e Drinques – Evolução em Volume



Fonte: ACNielsen.

Figura 2: Sucos, Néctares e Drinques – Evolução em Valor

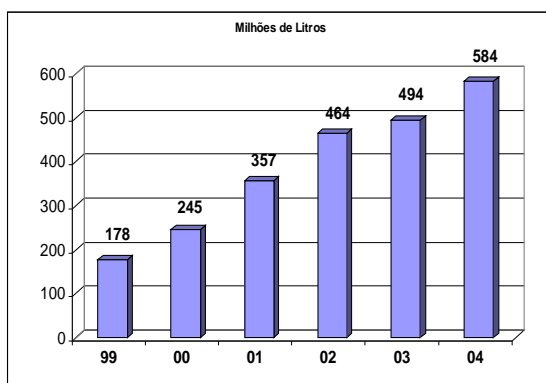


Fonte: ACNielsen.

Considerando o mercado global de sucos no Brasil, o consumo por pessoas em litros/ano está estimado em 4 l/ano para os produtos concentrados e 2 l/ano para os sucos prontos para beber, néctares e drinques a base de frutas (refrescos).

O crescimento das bebidas prontas para beber, considerando os sucos, néctares, drinques, “*blends*” com soja, água de coco e chá gelado, é significativo nestes últimos anos, numa taxa média anual de 27,6%, conforme mostrado na Figura 3.

Figura 3: Bebidas Prontas para Beber - Consumo



Fonte: Estimativas com dados Latin Panel, DataMark e Tetra Pak.

Dos produtos considerados no período analisado, os “*blends*” com soja apresentam um crescimento médio anual de 56%, porém são produtos novos no mercado cuja comercialização iniciou-se em 2001 e, portanto ainda sofre forte impacto de início de penetração no mercado.

Na seqüência, a água de coco vem apresentando um expressivo crescimento em volume, na base de 25% ao ano.

Já os sucos, néctares e drinques a base de frutas cresceram 14% ao ano, o que também é altamente rentável.

Vários fatores têm contribuído para o excelente crescimento da Indústria Brasileira de Sucos, Néctares e Drinques a Base de Frutas, dentre os quais destacamos:

1. Novas Tendências e Estilos de Vida

Acompanham uma crescente preferência por hábitos saudáveis gerando excelentes oportunidades para o mercado.

2. Diversificação Crescente

Estes produtos adquirem além de uma ampla diversidade de sabores simples e compostos, uma variedade mais ampla de embalagens, passando de vidro, PET, latas e embalagens cartonadas, como as comercializadas pela Tetra Pak. Isto tudo ocorre buscando

principalmente a conveniência e a atração no ponto de vendas.

3. Oferta e Distribuição

a) A maior oferta de sucos prontos para beber em embalagens individuais e inovações quanto à variedade de formatos e tamanhos está potencializando o consumo de sucos, néctares e produtos análogos, pois permitem o consumo a qualquer hora ou lugar.

b) A necessidade do atendimento a uma demanda ainda será totalmente suprida por sucos diferenciados com maior valor agregado. Exemplo: enriquecidos com vitaminas, *blends*, repositores energéticos e isotônicos, com baixas calorias.

c) É incontestável a importância de diversificação dos sabores e uma oferta melhor e com maior regularidade de outros produtos como, por exemplo, açai, cajá, cupuaçu, pitanga, etc.

d) Os novos tipos de sucos, néctares e refrescos associados a novos pontos de exposição de venda, proporcionam ao consumidor novas oportunidades de compra.

e) Os canais de distribuição alternativos como as escolas, merenda escolar, “*vending machines*”, postos de gasolina, hospitais, feiras livres, lojas de conveniência, camelôs, etc. são introdutores por excelência.

4. Participação e Fator Preço

O consumo de sucos complementa ou é alternativa à fruta por ser esta, muitas vezes conforme a época, mais cara e com logística de distribuição e armazenagem mais complexa.

Dado o panorama do setor e dos aspectos que condicionam a evolução desse mercado, a Tabela 1 compara as taxas de crescimento do PIB Brasil, do PIB Indústria Geral e da Indústria de Sucos, Néctares e Drinques a base de Frutas.

Tabela 1: Crescimento Setorial Anual (Em Percentagem)

ANO	PIB Brasil	PIB Indústria Geral	Setor Defla- cionado
2001	1,4	-0,3	46,8
2002	1,5	1,5	36,9
2003	0,5	0,1	25,6
2004	5,2	6,2	14,1
2005(E)	2,3	3,0	15,3
Acumulado 2001/2005	11,3	10,8	139,1
Médio Composto 2001/2005	2,2	2,1	27,7

Nota: (E) = Estimado. (*) Deflator: índice IPC Fipe Alimentos.

Fonte: IBGE, Banco Central, Abia e Ibraf.

PERFIL SETORIAL

O perfil das empresas que exploram o setor dos derivados de frutas processadas, principalmente nos complexos produtivos de polpas e sucos, depende dos tipos de produtos que fabricam e do seu mercado alvo.

No segmento dos sucos integrais (às vezes também denominados concentrados) as cinco maiores empresas detêm 92,6% do mercado. As lideranças das empresas e de suas respectivas marcas no setor de sucos concentrados mostram que a Kraft Brasil, com sua marca Maguary, é líder absoluta no Brasil e em todas as áreas auditadas pelas agências de pesquisa de mercado. Seguem-se a Da Fruta, com a marca Da Fruta, a cearense Jandaia com a marca Jandaia e a Milani/Wessanen. Por outro lado, é importante comentar que a Parmalat, com a marca Santal, devido a seus problemas financeiros, vem perdendo grande parte de sua participação de mercado. Contudo está sendo recuperada, podendo vir a ser novamente destaque.

No segmento de sucos prontos para o consumo existem no Brasil, segundo informações do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), 40 empresas atuando no mercado de sucos, néctares e drinques a base de frutas, contra apenas 10 empresas registradas em 1998.

Considerando-se apenas os produtos com alto teor de frutas, é incontestável a liderança da Sucos Del Valle, seguida da Mais Indústria de Alimentos, explorando a marca Mais, a Kraft Foods (Maguary), a Tropical Indústria de Alimentos com a Marca Tial e a Wow com a marca Sufresh.

Esta substancial capacidade de oferta destes produtos foi construída nos últimos seis anos e, de uma certa forma, excede as atuais demandas do mercado brasileiro.

Se analisarmos o número de marcas comerciais, segundo a AC.Nielsen, em 2004 já tínhamos 43 marcas contra apenas 15 marcas em 1998. Isto é explicado pelo substancial crescimento da categoria cujo potencial tem atraído um grande número de agentes no mercado.

Novas empresas e marcas continuam a surgir apesar de uma forte concorrência, o que vem acarretando, segundo as principais empresas, fortes pressões sobre as margens.

No que se refere aos produtos prontos para o consumo, é importante destacar a produção de água de coco. Este segmento da agroindústria de sucos de frutas é o mais recente e é explorado no Brasil por 12 empresas.

Uma característica destas empresas é que praticamente são envasadoras exclusivamente de água de coco, o que poderá dificultar o desenvolvimento e expansão destes agronegócios.

O segmento das empresas de transformação primária, ou seja, empresas que produzem produtos como sucos e polpas concentradas e outras bases para as indústrias de transformação secundária, é explorado por cerca de 20 empresas, das quais apenas uma

é de capital estrangeiro (Niagro).

O maior número de empresas está no segmento da produção de polpa de fruta congelada destinada ao consumo final, com cerca de 130 estabelecimentos. A maioria são micro empresas mal aparelhadas que não oferecem produtos seguros. Contudo, sob o aspecto de participação no mercado, este segmento é controlado por apenas 15 empresas.

Considerando todos os tipos de empresa, independentemente do seu porte ou posicionamento na cadeia, a Figura 4 nos indica a distribuição das empresas industriais de sucos e polpas de frutas.

Figura 4 - Distribuição Regional da Indústria



Fonte: Ibraf e Mapa.

Sob o aspecto de emprego, o setor é um grande gerador de postos de trabalho.

As agroindústrias produtoras de sucos, néctares e drinques absorvem, segundo levantamentos da ASTN e do Ibraf, 55,8 mil empregos totais, dos quais 10,5 mil na indústria (diretos e indiretos) e cerca de 45,3 mil na produção das frutas.

O segmento das agroindústrias produtoras de água de coco é responsável por 41,7 mil postos de trabalho. Destes, 7,8 mil na atividade industrial e 33,9 mil no campo, o que representa 81,2%.

Já a indústria de polpas de frutas - considerando tanto a transformação primária, que produz bases concentradas e polpas industriais, quanto os produtores de polpas destinadas ao consumo final - gera cerca de 47,7 mil empregos. Desse total, nove mil na indústria (1,5 mil diretos e 7,5 mil indiretos) e cerca de 39 mil no segmento agrícola do setor.

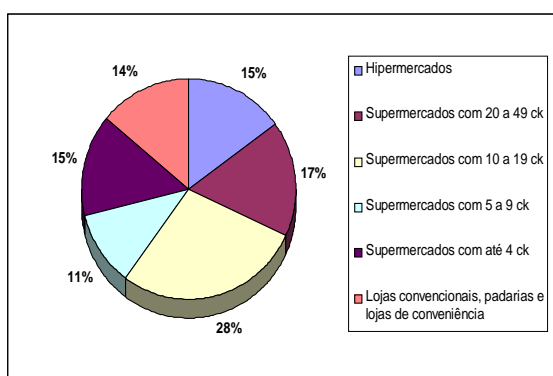
Considerando os três complexos produtivos, são gerados cerca de 27,3 mil empregos na indústria e mais de 118,0 mil na produção de frutas, num total de mais de 172,8 mil empregos.

Consideram-se empregos indiretos aqueles gerados pela cadeia de fornecedores de materiais e serviços (agricultura, beneficiamento, indústria de alimentos, distribuição e comercialização), pelas empresas de serviços (consultorias transporte, crédito, *marketing*, engenharia, manutenção, etc.) e de apoio

institucional (financiamento rural, assistência técnica e rural, sistema de ensino profissional, sistema de P&D, etc).

Os produtos destinados ao consumo final utilizam os canais de distribuição abaixo indicados:

Figura 5: Canais de Distribuição Brasil



Fonte: AC Nielsen
Obs.: ck = checkout

COMÉRCIO EXTERIOR

Em relação ao comércio exterior do setor de Sucos e Polpas, a nossa performance refere-se basicamente aos sucos e polpas concentrados distribuídos ao mercado industrial internacional. Isto porque ainda é pouco representativa a exportação de produtos para o consumo final.

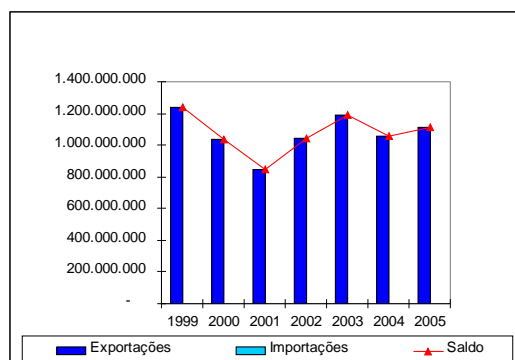
Devido à amplitude dos usos comerciais dos produtos em referência, foi necessário um corte analítico, separando-se os sucos de laranja, das polpas e de outros sucos de frutas exportados.

O suco de laranja e suas várias formas foram separados

por se tratar de negócios específicos, consolidados e com dinâmica própria, além do que seu volume de exportação tornaria quase insignificantes, relativamente, os valores exportados pelo restante do complexo dos sucos e polpas de outras frutas.

No que se refere à evolução da balança comercial internacional do suco de laranja, no período de 1999 a 2005 verifica-se saldo médio de US\$ 1,1 bilhão com flutuações basicamente provocadas por variações do preço do suco de laranja no mercado internacional.

Figura 6: Balança Comercial de Sucos de Laranja (em US\$)



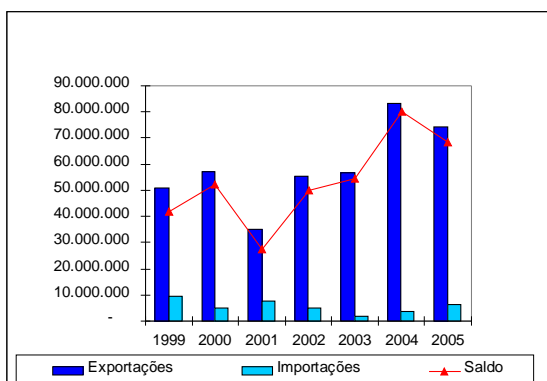
Fonte: IBRAF com dados da SECEX

Quanto aos demais sucos, as exportações nos últimos sete anos apresentaram um crescimento acumulado de 145,8%, enquanto que as importações diminuíram 67,1% no mesmo período.

Apesar disso, o saldo da nossa balança comercial em 2005 foi de US\$ 68,2 milhões, inferior em 14,6% ao obtido em 2004, embora tenha sido o

segundo maior no período de 1999 a 2005.

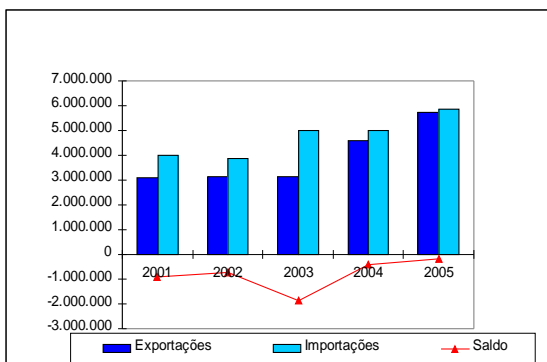
Figura 7: Balança Comercial – Outros Sucos (em US\$)



Fonte: Ibraf com dados do MDIC-Secex

Já no comportamento da balança comercial das polpas de frutas, temos mantido um déficit comercial (US\$ 163,5 mil dólares em 2004) que apesar de crescente a partir de 2004, reflete nossa dependência externa para suprir principalmente a indústria de néctares e drinques à base de frutas.

Figura 8: Balança Comercial de Polpas de Frutas (em US\$)



Fonte: Ibraf com dados do MDIC-Secex

Por grupo de produtos, as exportações brasileiras de Sucos e Polpas apresentaram a seguinte composição em 2005:

Tabela 2: Comparativo das Exportações Brasileiras de Frutas Processadas - 2005/2004

Produtos	2004 (Milhões US\$)	2005 (Milhões US\$)	Varição 2005/2004 (%)
Suco de Laranja (todos os tipos)	1.058,1	1.110,5	4,95
Suco de Maçã Concentrado	20,6	24,6	19,46
Outros Sucos	35,9	29,2	-18,67
Suco e Bases Concentradas de Abacaxi	15,9	9,8	-38,65
Suco Concentrado de Uva	10,8	10,8	-0,22
Polpas e Purês Congelados	5,2	6,3	22,42
Polpas, Purês e Pastas de Frutas	3,2	3,1	-2,22
Total	1.149,7	1.194,3	3,88

Fonte: MDIC-Secex, Datafruta - Ibraf

Apesar de já estarmos exportando para 77 países, é notória a concentração das nossas exportações de suco (exceto de laranja) à Holanda, Estados Unidos, e Alemanha, que tem representado de 46,6 a 63,0% das nossas exportações nos últimos cinco anos.

Tabela 3: Destino das Exportações de Sucos (exceto de laranja)

	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações Totais Milhões US\$	34,96	55,24	56,52	83,27	74,39
Principais Mercados: Alemanha, EUA e Holanda Milhões US\$	16,32	34,90	35,62	51,78	37,28
Participação dos Principais Mercados sobre o Total (%)	46,7	63,2	63,0	62,2	50,1
Quantidade de Países de Destino	48	57	67	71	77

Fonte: MDIC-Secex

No que se refere ao comércio internacional, é ainda importante considerar que para as exportações de sucos e polpas, apesar de não estarem sob forte pressão de medidas fitossanitárias como as frutas frescas, as barreiras mais fortes para o setor de frutas processadas são as tarifas alfandegárias e sobretaxas aplicadas.

Além das conhecidas taxas aplicadas ao nosso suco de laranja pelos Estados Unidos, a grande barreira para as nossas polpas e sucos de frutas tropicais na União Européia são as preferências tarifárias concedidas unilateralmente para determinados países através dos mecanismos do seu S.G.P..

Assim, os países do Pacto Andino têm acesso livre ao mercado europeu, sem pagar taxas, enquanto que os produtos brasileiros estão sujeitos a tarifas de 10,5% a 21% mais 12,9 Euros/100kg, dependendo do produto. Isto dificulta sobremaneira nossa competitividade.

PERSPECTIVAS DO SETOR

Em novembro de 2003 foi instalada no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura, onde foram estabelecidas metas, identificados os gargalos, objetivos e posicionamento do setor privado.

As metas e objetivos são atualizados anualmente e as principais metas para 2006 são:

1. Promover a organização integrada para comercialização, através de modelos que serão desenvolvidos e implantados conforme as várias regiões e os tipos de agroindustrialização e parcerias requeridas.

Serão estudados, a princípio:

- Modelo empresarial com uma indústria integradora ou âncora;
- Condomínios agroindustriais
- Modelo para inclusão social e econômica para pequenos produtores e sua inserção na agroindustrialização.

2. Desenvolver e implantar indicadores de desempenho do Sistema Agroindustrial das Frutas:

- Crescimento do volume e valor da produção;
- Crescimento das Exportações;
- Dependências dos fatores de produção na formação dos custos, etc.

3. Aprimorar as relações entre a indústria e agricultura, procurando definir e caracterizar uma fruticultura dirigida para industrialização.

4. Articulações e recomendações que permitam aos vários agronegócios do setor, acesso ao crédito,

financiamentos e a um sistema de seguros que levem em conta as peculiaridades do setor.

5. Ações e recomendações para equacionar os gargalos e deficiências da infra-estrutura especificamente ao setor.

6. Articular e participar junto com os órgãos competentes, regulamentos técnicos com padrões de interesse do setor para disciplinar o mercado.

7. Ações que permitam uma correta orientação para os Centros de Excelência da Fruticultura das prioridades de estudo e pesquisa, assim como recomendar a necessária canalização de recursos financeiros públicos e privados, em termos de uma "Tecnologia a Serviço da Competitividade".

8. Ações e recomendações para o aperfeiçoamento do Capital Humano inerente ao Sistema Agroalimentar das Frutas, buscando sua valorização e formação dentro dos perfis exigidos pelos vários intervenientes dos segmentos funcionais da cadeia.

9. Em parceria com Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), estabelecer normas voluntárias para auto-regulamentação do mercado e criação de um selo de garantia de identidade e origem para os derivados de fruta.

10. Aprimorar o sistema de informações de mercado e de produção disponíveis a nível interno e externo.

11. Estudos para a criação e implementação de fundos setoriais para dar ao setor uma base mínima permanente de sustentabilidade para Pesquisa e Desenvolvimento e Promoção no Brasil e no exterior dos derivados das frutas.

12. Proceder a articulações para fortalecer as agroindústrias existentes, reconverter linhas e/ou negócios de empresas em dificuldade e realizar estudos visando a recuperação de empresas desativadas.

13. Contribuir com o desenvolvimento e implantação de novos negócios que contribuam com o desenvolvimento regional.

14. Ações que possam contribuir para o aumento do consumo de frutas e seus derivados no Brasil através de um programas nacional de promoções e ações e recomendações que possam contribuir com o aumento das exportações brasileiras de frutas e seus derivados.

15. Elaboração e execução de um plano estratégico para o setor que permita uma melhor inserção no mercado das pequenas empresas de transformação primária e um maior acesso dos nossos produtos no mercado internacional.

Recentemente, em dezembro de 2005, a ABDI e o Ibraf firmaram um protocolo de intenções visando o estabelecimento de convênio para a elaboração e

implementação de um plano de desenvolvimento setorial (PDS) de frutas processadas.

O plano é um dos instrumentos de formulação e execução da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) do governo federal brasileiro, que busca concretizar ações orientadas às macro-diretrizes de Fortalecimento e Expansão da Base Industrial Brasileira e da Ampliação da Capacidade Inovadora das Empresas.

Nessa linha foram efetuadas diversas articulações com os parceiros do Estado e da iniciativa privada e, provavelmente, o plano deverá ser apresentado ao público até o final de março.

O plano será composto por um conjunto de ações que envolverão aspectos de inovação e tecnologia, gestão e capacitação, financiamento e ações especiais que, porventura, sejam identificadas como importantes para o setor, como os aspectos relacionados com esforços de indicação geográfica, por exemplo.

O objetivo do PDS de frutas processadas é estabelecer um programa de apoio ao desenvolvimento e a consolidação da agroindustrialização das frutas, em especial, para o complexo produtivo de sucos e polpas, promovendo tanto o desenvolvimento regional nos principais pólos frutícolas do país quanto uma maior sinergia

entre a produção agrícola e as indústrias de transformação primária e secundária, mediante o ordenamento das atividades inerentes ao processo, de forma integrada e participativa.

ANEXO – ÍNDICE DE PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL (DESSAZONALIZADO)

Setores Industriais	Mês												Var. % Jan-06/Dez-05	
	01/05	02/05	03/05	04/05	05/05	06/05	07/05	08/05	09/05	10/05	11/05	12/05		
1. Indústria geral	110,69	109,42	110,99	111	112,44	114,22	111,93	112,94	110,5	110,92	111,79	114,44	112,98	-1,28%
2. Indústria extrativa	112,77	112,37	112,76	121,45	124,31	123,9	121,79	121,77	122,68	123,39	123,62	123,89	125,9	1,62%
3. Indústria de transformação	110,87	109,89	111	110,5	111,77	113,32	111,39	112,48	109,6	109,75	111,24	114,43	112,31	-1,85%
3.1 Alimentos	105,25	103,43	103,71	108,05	103,61	104,34	102,66	101,38	101,07	101,36	103,41	104,07	103,51	-0,54%
3.2 Bebidas	114,23	105,14	107,25	105,43	107,21	108,48	105,13	110,31	109,08	108,14	109,56	109,4	112,59	2,92%
3.3 Fumo	99,46	86,45	90,8	97,95	111,8	118,96	116,42	182,29	113,57	113,99	104,08	104,39	106,89	2,39%
3.4 Têxtil	102,62	104,76	103,69	103,51	104,94	104,66	103,48	101,99	101,84	98,88	102,11	104,63	105,78	1,10%
3.5 Vestuário e acessórios	90,67	89,67	89,83	89,22	88,05	88,45	82,35	80,08	80,25	78,28	79,18	81,79	85,78	4,88%
3.6 Calçados e artigos de couro	95,58	94,49	92,26	89,62	89,29	91,13	89,45	89,18	85,51	87,29	86,23	90,32	90,03	-0,32%
3.7 Madeira	114,17	113,06	116,79	113,05	113	113,41	107,98	104,32	101,74	97,87	103,13	104,02	106,18	2,08%
3.8 Celulose, papel e produtos de papel	117,19	114,34	119,38	117,96	119,87	119,06	121,27	113,69	116,81	118,51	119,93	122,32	121,99	-0,27%
3.9 Edição, impressão e reprodução de gravações	123,63	94,68	98,78	95,11	104,06	104,26	101,5	109,13	104,99	107,24	137,5	132,33	106,55	-19,48%
3.10 Refino de petróleo e álcool	102,74	99,12	97,82	97,12	103,85	100,9	103,39	105,73	101,69	102,56	101,32	103,46	102,12	-1,30%
3.11 Farmacêutica	107,02	95,55	110,45	104,25	103,16	102,83	107,91	109,85	104,71	106,15	107,31	116,69	104,84	-10,16%
3.12 Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	116,82	121,28	119,92	121,21	113,23	120,24	117,45	115,27	111,72	109,98	117,96	121,44	123,02	1,30%
3.13 Outros produtos químicos	108,94	109,06	109,19	110,02	109,96	107,98	107,68	107,49	109,6	110,23	107,91	108,46	108,27	-0,18%
3.14 Borracha e plástico	100,61	102,7	103,81	102,53	104,33	105,35	102,11	103,78	102,8	100,73	102,33	104,06	104,59	0,51%
3.15 Minerais não metálicos	104,46	103,81	102,89	104,65	104,31	104,79	103,07	103,12	103,79	102,31	104,71	106,83	107,93	1,03%
3.16 Metalurgia básica	107,95	109,04	107,28	106,5	102,1	104,82	105,02	107,45	109,02	109,6	109,08	112,12	112,52	0,36%
3.17 Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	103,47	108,08	107,74	102,98	103,3	105,36	103,99	104,4	101,02	99,72	102,4	105,08	104,25	-0,79%
3.18 Máquinas e equipamentos	120,66	122,3	125,62	121,48	123,78	123,89	119,31	123	115,67	115,81	117,35	120,92	121,43	0,42%
3.19 Máquinas para escritório e equipamentos de informática	113,71	122,68	148,28	148,1	172,81	174,06	182,2	189,67	177,75	196,07	195,9	207,51	202,09	-2,61%
3.20 Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	110,88	111,35	113,67	110,27	112,99	116,62	113,96	116,95	118,76	122,01	128,96	139,4	130,84	-6,14%
3.21 Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações	126,82	120,46	128,62	135,71	144,78	158,1	142,58	137,75	137,64	128,68	123,69	138,94	136,39	-1,84%
3.22 Equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros	91,14	95,02	118,95	109,02	107,14	115,93	116,42	115,98	110,39	102,65	115,68	93,84	99,56	6,10%
3.23 Veículos automotores	139,94	141,13	141,07	144,59	143,03	154,27	146,94	147,18	141,08	141,76	143,54	151,51	140,05	-7,56%
3.24 Outros equipamentos de transporte	116,69	122,08	127,32	124,32	127	135,45	125,54	132,38	125,16	124,84	123,57	138,25	131,87	-4,61%
3.25 Mobiliário	93,22	97,73	99,21	99,58	101,75	108,47	99,34	93,32	87,6	92,33	97,5	103,93	98,87	-4,87%
3.26 Diversos	109,42	99,51	119,01	104,17	97,16	117,06	118,12	140,84	137,79	126,03	129,79	118,31	108,85	-8,00%

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física. Base média 2002=100.